

O que dizem os educadores sobre abuso sexual e dificuldades de aprendizagem de crianças molestadas?

What do educators say about sexual abuse and learning difficulties in molested children?

Sandra Ribeiro da Conceição SANTOS¹
Joana Lúcia Alexandre de FREITAS²

Resumo

O objetivo desta pesquisa é demonstrar o que dizem os estudos dos últimos dez anos acerca do desenvolvimento escolar de crianças abusadas sexualmente. A metodologia adotada é uma *revisão bibliográfica sistemática*, abrangendo trabalhos publicados na plataforma google acadêmico entre 2015 e 2025, com foco em pesquisas na área da Educação Básica. Os dados foram analisados através da *Análise de Conteúdo* de Bardin (2016), pelo qual se descreveu de forma objetiva, sistemática, quantitativa e sobretudo qualitativa os resultados, dos quais indicam que crianças vítimas de abuso sexual apresentam dificuldades significativas de aprendizagem, reforçando a necessidade de formação continuada para educadores saberem identificar as vítimas, ouvi-las e denunciar às autoridades; de implementação de políticas públicas que assegurem no currículo a realização de práticas pedagógicas de prevenção ao abuso sexual; e de melhorias no setor de saúde mental para fazer tratamento dessas crianças até a fase adulta.

Palavras-chave: Abuso Sexual. Dificuldades de aprendizagem. Vítimas. Desenvolvimento Escolar.

Abstract

The objective of this research is to demonstrate what studies from the last ten years have revealed about the school development of sexually abused children. The methodology adopted is a systematic literature review, covering works published on Google Scholar between 2015 and 2025, focusing on research in the field of Basic Education. The data were analyzed using Bardin's Content Analysis (2016), which objectively, systematically, quantitatively, and above all, qualitatively described the results. These findings indicate that children victims of sexual abuse have significant learning difficulties, reinforcing the need for training for educators to identify victims, listen to them, and report them to authorities; for the implementation of public policies that ensure the implementation of

¹ Graduada em Pedagogia na Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI/ES).
E-mail: sandra.celso@yahoo.com.br

² Doutora em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Professora de Prática de Ensino no Curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior (FACELI/ES).
E-mail: joana.freitas@faceli.edu.br

pedagogical practices to prevent sexual abuse in the curriculum; and for improvements in the mental health sector to treat these children until adulthood.

Keywords: Sexual Abuse. Learning difficulties. Victims. School Development.

Introdução

Pesquisas apontam que muitas crianças brasileiras são vítimas de abuso sexual, que, de acordo com Araújo (2002), são toques, falas, atos e outras formas de violências que se manifestam por meio de poder, coação e sedução contra crianças e adolescentes. Muitas vezes, o abuso sexual infantil ocorre sem o uso de força física e não deixa marcas visíveis, o que torna sua comprovação mais difícil, especialmente no caso de crianças pequenas.

As formas de abuso sexual podem variar desde atos que envolvem contato sexual, com ou sem penetração, mas que deixam marcas profundas nas vítimas e sequelas por toda a vida, refletindo nas relações sociais e no desempenho escolar. Dados oficiais comprovam que a maioria dos casos de abusos sexuais acontecem dentro dos próprios lares e, conforme os dados apresentados por Cunha (2021), na Cartilha Maio Laranja, do ministério da mulher, da Família e dos direitos Humanos, os abusos sexuais ocorrem com mais frequência nas faixas etárias entre os oito e os doze anos. No entanto, mais de um terço desses abusos ocorre com crianças na faixa etária de 0 a 5 anos.

Na pandemia da Covid-19, as autoridades constataram uma redução nas notificações de casos de abuso sexual e correlacionaram ao fato das crianças estarem afastadas da escola (Oliveira, 2024), o que evidencia a importância dessa instituição na identificação das vítimas, da notificação e do encaminhamento às autoridades para o devido acolhimento, tratamento e responsabilização do agressor.

Estudos como os de Amaral (2008) comprovam que a maioria das crianças que sofrem abuso sexual apresentam alterações de comportamento no ambiente escolar, como: mudanças bruscas de humor, isolamento repentino, queda no desempenho escolar ou dificuldade de aprendizagem, depressão, ansiedade, agressividade, sexualização precoce ou falas inapropriadas para idade, jogos sexuais (imitar movimentos de coito), bem como pode ter a existência de hipersexualização nos desenhos, falo grande ou vulva nos personagens, monstros, ou ele(a) pequeno diante de adultos gigantes com garras, ou ainda com mãos e pés grandes, presença de cores fortes, como marrom, preto, vermelho,

flores murchas, tristes, mortas, etc.

Por este motivo, resolveu-se fazer uma pesquisa de revisão bibliográfica, considerando a seguinte questão: *O que dizem os educadores sobre o desenvolvimento escolar de crianças que foram vítimas de abuso sexual?* Para o desenvolvimento deste artigo, adotou-se a metodologia de *revisão bibliográfica sistemática* que, segundo Ercole, Melo e Alcoforado (2014), trata-se de uma pesquisa que analisa estudos de outros autores, baseada em critérios rígidos, visando obter respostas para fundamentar um determinado objetivo.

Teve-se como hipóteses que crianças vítimas de abuso sexual apresentam insegurança que pode ser percebida por falta de entrosamento social; baixa autoestima; e atraso escolar. Portanto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar o que dizem os estudos dos últimos dez anos (2015-2025) acerca do desenvolvimento escolar de crianças abusadas sexualmente; ademais, buscou-se apontar as principais sugestões dos pesquisadores sobre práticas de ensino para trabalhar com as crianças molestadas; reunir informações sobre a função da escola, e orientações de como identificar essas vítimas.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de *revisão bibliográfica sistemática* que, segundo Conforto, Amaral e Silva (2011, p. 1), “é um método científico para busca e análise de artigos de uma determinada área da ciência”. Ercole, Melo e Alcoforado (2014) complementam que este tipo de pesquisa adota critérios de inclusão e exclusão bem definidos para selecionar e analisar estudos publicados em um determinado espaço de tempo. Por isso, inicialmente, escolheu-se um período de quatro anos, que foi de 2021 a 2024, no qual encontramos poucos estudos, apenas uma pesquisa dentro dos critérios estabelecidos, confirmando a pesquisa de Oliveira (2024) de que durante a pandemia houve menos notificação. Por isso, estendemos o período de dez anos, que compreendem de 2015 a maio de 2025.

Considerando que a pesquisa *de revisão bibliográfica sistemática* estabelece critérios de inclusão e exclusão, buscou-se incluir pesquisas de 10 anos, 2015-2025, em Língua Portuguesa, realizadas por pessoas atuantes na área da Educação Básica (pois sabem descrever a realidade do “chão da escola”). Excluíram-se artigos de revisão, estudos em Língua Estrangeira, realizados por profissionais da área da saúde, e os que

foram realizados no Ensino Superior, ou em outros países, e autobiografias. Com base na seguinte frase: “*Dificuldade de aprendizagem em crianças vítimas de abuso sexual*”, buscaram-se estudos na SciELO e não encontramos dados, mesmo reduzindo para palavra-chave “*abuso sexual x dificuldade de aprendizagem*”, o mesmo ocorreu no Portal de Periódicos da Capes.

No Google Acadêmico, com a seguinte frase: “*Dificuldade de aprendizagem em crianças vítimas de abuso sexual*” e os seguintes filtros: “*páginas em português*”, “*incluir patentes*”, “*incluir citações*” e excluir “*Artigos de revisão*”; encontramos 2.430 artigos que foram selecionados a partir do título, seguido da leitura do resumo para reconhecer se poderiam ou não ser analisados para compor os dados desta pesquisa. Ao final da busca, selecionaram-se sete trabalhos, dos quais quatro são artigos, dois são trabalhos de conclusão cursos e uma dissertação.

Para análise dos dados, optou-se por categorizar os trabalhos conforme a *Análise de Conteúdo* que, de acordo com Bardin (2016), é uma técnica de investigação com finalidade de descrever de forma objetiva, sistemática e quantitativa o conteúdo manifesto da comunicação, porém permite inferir conhecimentos relativos às condições de produção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Assim, buscou-se saber: *I- Relatos de dificuldade de aprendizagem em crianças vítimas de abuso sexual*; *II- O que os educadores pensam sobre a função da escola em relação ao tema “Abuso Sexual”*; *III- Orientações ou práticas de ensino que os pesquisadores sugerem que sejam realizadas com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual*; *IV- Descrição de serviços de saúde mental oferecido às crianças e aos adolescentes molestados*; *V- Proposição do tema prevenção de abuso sexual na organização curricular da Educação Básica*. Na exposição dos resultados, esses itens foram usados nos quadros como categorias temáticas para melhor representar os dados e facilitar a discussão.

Resultados e discussões

Após minuciosa leitura dos sete trabalhos selecionados, resolveu-se construir um quadro para apresentar a síntese de cada trabalho, bem como as investigações feitas nas análises, categorizando as respostas, visando otimizar a análise de conteúdo, como sugere Bardin (2016).

Quadro 1 – Autoria e origem dos trabalhos selecionados.

Trabalho	Tipo	Ano	Autores	Formação	Instituição
1	Artigo	2020	Érica Souza Paixão; João Clemente Souza Neto.	Pedagoga Pedagogo	Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2	Artigo	2019	Rinelza Gemaque da Silva; Jadson Justi; Corina Fátima Costa Vasconcelos.	Pedagoga Pedagogo Pedagoga	Universidade Católica Dom Bosco. Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
3	Artigo	2021	Leila Kely dos Santos da Paz; Almir Bispo dos Santos;	Pedagoga Licenciado em Geografia	Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Universidade Federal de Sergipe.
4	Artigo	2023	Andréia Ferreira Lima; Joyce Caroline Soares da Silva; Márcia Rakel Grahl Dal Forno.	Licenciatura em Letras Pedagoga Pedagoga	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG. Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. Universidade Tuiuti do Paraná
5	TCC	2018	Francilene Martins Souza	Licenciada em Ciências Biológicas	Universidade Federal do Rio de Janeiro
6	TCC	2020	Victoria Teresa Tavares	Licenciada em Pedagogia	Fundação Educacional de Ituverava
7	Dissertação	2021	Gabriela Vieira de Oliveira Piovezan	Educadora	Centro Universitário Vale do Cricaré

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

O quadro 1 representa a formação da maioria dos pesquisadores, que são pedagogos(as) que atuam na Educação Básica. Grande parte dos trabalhos, aproximadamente 57%(4), são artigos; seguido de Trabalhos de Conclusão de Curso, cerca de 27%(2), e uma dissertação que corresponde a aproximadamente 14%(1). Na periodicidade de dez anos (2015-2025), houve mais publicações nos anos de 2020 e 2021, frutos de pesquisas anteriores a essas datas.

Quadro 2 –Relatos de dificuldade de aprendizagem em crianças vítimas de abuso sexual:

Subcategoria: Dificuldade de aprendizagem em crianças vítimas de abuso sexual
Unidade Contexto: Baixo rendimento escolar, medo e indisciplina.
<p>Unidade de Registro:</p> <p><i>“ É necessário conscientizar os profissionais da educação sobre sua responsabilidade e compromisso com a criança. Muitas vezes, as crianças com dificuldades de convivência e aprendizagem são julgadas como indisciplinada, relaxadas, desmotivadas, preguiçosas, sem que se chegue à raiz do problema.” “...criança isolada, com dificuldade de aprendizagem e que, de certa forma, estava pedindo ajuda.” (Paixão e Neto, 2020, p.107;109).</i></p> <p><i>“...toda criança carrega consigo as consequências que ela adquire sendo vítima de abuso sexual. Essas consequências podem ser orgânicas e psicológicas, e, dentre a mais comuns, estão os quadros de dificuldade na aprendizagem escolar.” “Os prejuízos que uma criança abusada pode sofrer são dificuldades de adaptação</i></p>

interpessoal, sexual, afetiva e de aprendizagem escolar.” (Silva, Justi, Vasconcelos, 2019, p.2; 4).

*“Crianças vítimas de violência sexual apresentam **dificuldades em seu desenvolvimento cognitivo, social e cultural (...)** Estes prejuízos recaem em dificuldades de aprendizagem, como na falta de interesse nos estudos, desmotivação e insegurança, dentre outros fatores possíveis de diagnóstico no contexto escolar” (Paz; Santos, 2021, p.28).*

*“São traumatizadas pela vergonha, pelo terror, reprimem falar do assunto, sofrem de depressão, descontrole emocional. Anorexia, **dificuldade de aprendizado**, problemas de concentração, digestivos, fobias, sensação de star sempre sujo. Em casos mais extremos, tentativas de suicídio ligadas ao trauma” (Lima, Silva, Dal Forno, 2023, p.12).*

*“...pode-se observar: **dificuldades de aprendizado**, fugas de casa, queixas psicossomáticas, mudanças súbitas de comportamento, fobias, pesadelos, rituais compulsivos, comportamentos autodestrutivos ou suicidas, comportamentos sexualizados, isolamento, aversão ou desconfiança de adultos, labilidade emocional, entre outros” (Souza, 2018, p.20, Apud Sociedade Brasileira de Pediatria 2001).*

*“Uma criança vítima de abuso sexual, “carrega consigo consequências tanto orgânicas quanto psicológicas e dentre as mais comuns a criança apresenta quadros de **dificuldades de aprendizagem na escola**” (Tavares, 2020, p.41, Apud Azeredo e Guerra 1995).*

*“Dentre os sinais mais comuns de violência diversas estão o **baixo rendimento escolar**, pois a violência afeta ao processo de aprendizagem da criança e adolescente; os problemas escolares, como brigas e isolamento; as condutas antissociais, que incide na briga, na ação agressiva, nas mudanças abruptas de comportamentos; os sentimentos de medo e ansiedade; os problemas de saúde; e sinais corporais, como marcas e hematomas” (Piovezan, 2021, p.66).*

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Os relatos apresentados no quadro 2 sobre as dificuldades de aprendizagem das crianças refletem a grave consequência do abuso sexual. Como podemos perceber, todos os pesquisadores relataram que crianças e adolescentes molestados apresentam dificuldades de aprendizagem. Logo, esse tema requer uma abordagem sensível e responsável. Os autores Paixão e Neto (2020) e Silva (2019) ressaltam que as consequências do abuso sexual não se limitam apenas ao sofrimento emocional, mas também se manifestam em dificuldades acadêmicas, demonstrando como traumas de infância podem prejudicar o desenvolvimento cognitivo até a fase adulta.

É importante destacar que a Lei 8. 069/90 (Brasil, 1990), representada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reforça a responsabilidade da escola na proteção e na promoção do bem-estar das crianças. O artigo 54 do ECA afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o direito à educação, à saúde, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade da criança. Portanto, é crucial a conscientização dos profissionais da educação sobre a necessidade de observar e o dever de denunciar suspeitas de abuso, sobretudo de buscar amparo à criança.

Os dados de Paz e Santos (2021) sobre o desinteresse nos estudos e a desmotivação e insegurança junto aos relatos de Lima (2023) sobre traumas e suas consequências, reforçam a necessidade de intervenções específicas nas escolas. Um olhar atento e acolhedor pode ajudar a direcionar essas crianças ao aprendizado, convertendo o ambiente escolar em um espaço seguro e benéfico, como indica o artigo 8º da Lei de

Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) N° 9.394/96 (Brasil, 1996).

Quadro 3 – O que os educadores pensam sobre a função da escola em relação ao tema “Abuso Sexual”

Subcategoria: A função da escola perante o tema Abuso Sexual
Unidade Contexto: Identificar as múltiplas formas de violência
<p>Unidade de Registro:</p> <p>“A escola deve estar atenta à situação da criança e investigar os motivos das dificuldades de aprendizagem e de convivência. As práticas pedagógicas podem ajudar a criança e sua família e enfrentar a situação de abuso, dos pontos de vista curativo e preventivo (...) a escola é um órgão fundamental na identificação das múltiplas formas de violência, uma vez que as crianças nela permanecem grande parte do dia e da vida. E tem suporte para acabar com o pacto de silêncio” (Paixão e Neto, 2020, p.107).</p> <p>“Conhecer o aluno deve ser de suma importância na prática educativa da escola e assim poder cumprir o seu papel como educador, respeitando as diferenças e os limites que cada um pode ter.” (Silva, Justi, Vasconcelos, 2019, p.2).</p> <p>“O professor deverá estar atento aos possíveis sinais emitidos, mesmo timidamente, por seu alunado que sofreu qualquer violência. Mas, muito ainda precisa acontecer.” (Paz; Santos, 2021, p.25).</p> <p>“...a escola estar frente a esse problema; a importância dos educadores para identificação, prevenção e intervenção diante do fato.” (Lima, Silva, Dal Forno, 2023, p.1).</p>
Subcategoria: Compreensão do tema
<p>“Para permitir melhor compreensão sobre o tema, torna-se necessário compreender o conceito de AS. A partir dessa compreensão pode-se então passar a analisar o papel da escola na vida dessas crianças e adolescentes. Sabemos que o AS acontece todos os dias, porém o assunto é tratado como tabu perante a sociedade, o que, entre outras coisas, faz com que a vítima se cale” (Souza, 2018, p.12).</p> <p>“...promover a educação sexual com crianças e adolescentes, para que eles possam reconhecer possíveis situações que sugerem algum tipo de violência ou abuso sexual e buscar ajuda sem medo ou receio. Daí a importância da criança ter acesso à informação da temática discutida e assuntos afins.” (Tavares, 2020, p.20).</p> <p>“A escola (...) tem o dever de discutir as questões relacionadas à sexualidade com os alunos, sendo esse um canal pelo qual a criança e adolescente poderão compreender sobre as doenças sexualmente transmissíveis, sobre as formas de prevenção de doenças, sobre os métodos contraceptivos, além de saber como lidar com situações constrangedoras e inclusive de assédio e violência sexual” (Piovezan, 2021, p.12).</p>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Segundo os autores, a função da escola em relação ao tema abuso sexual é realizar a identificação, a prevenção e a intervenção, pois, como já dito, os professores e educadores têm um papel importante na proteção das crianças e na promoção de um ambiente escolar seguro. Ademais, Paixão e Neto (2020) dizem que a escola deve investigar as dificuldades de aprendizagem e a convivência das crianças, atuando como um espaço de apoio e proteção.

Já Silva, Justi e Vasconcelos (2019) destacam a importância de conhecer os alunos e suas diferenças, o que reforça a ideia de que cada criança traz consigo uma história única que deve ser considerada na prática educativa. Essa abordagem respeitosa é essencial para que os educadores possam identificar sinais de violência e outras

dificuldades, conforme sugerido por Paz e Santos (2021), que alertam para a necessidade de atenção aos sinais, mesmo que sutis.

Lima (2023) acrescenta que a escola deve estar atenta ao problema do abuso sexual, reforçando a relevância do papel dos educadores na identificação e na intervenção. Essa ideia é fortemente apoiada pela legislação, que defende a criação de políticas públicas e educativas que visem à prevenção da violência, mas que também apoiem o trabalho pedagógico. Dessa forma, na visão de Souza (2018), a compreensão do tema abuso sexual na escola é considerada como tabu social, isso muitas vezes silencia as vítimas e assusta o educador na abordagem do assunto.

Tais fatos evidenciam a necessidade de promover a educação sexual, conforme sugerido por Tavares (2020) e Piovezan (2021), que propõem uma abordagem eficiente, em que os alunos sejam educados sobre sexualidade e violência.

Quadro 4 –Orientações ou práticas de ensino que os pesquisadores sugerem que sejam realizadas com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Subcategoria: Propostas de Ação
Unidade Contexto: Projetos complexos de intervenção
Unidade de Registro: “Requer um processo pedagógico longo e complexo , com fundamentos jurídicos, psicológicos e científicos. Isto não significa que a escola seja a única responsável; ela está circunscrita num sistema de compartilhamento com os diversos órgãos, a exemplo do conselho tutelar, quando houver suspeita e confirmação de abuso sexual ou de outros tipos de violência” (Paixão e Neto, 2020, p.109). “A escola, por sua vez, necessita estar disposta a trabalhar com o professor em projetos de intervenção eficientes ” (Silva, Justi, Vasconcelos, 2019, p.5). “... um planejamento de estudo análise de discussão sobre o tema e que neste planejamento haja uma definição consciente da escolha teórica, garantindo, assim, ao seu trabalho, uma coerência teórico-prática” (Paz; Santos, 2021, p.24).
Subcategoria: Escuta e aconselhamento
“... meio da escuta , (...) pois é o primeiro passo a ser seguido e após o seu aconselhamento/prevenção. (...) O aconselhamento é de suma importância para que ela seja encorajada a verbalizar suas emoções; o conselheiro, com a escuta ativa, pode compreender melhor a vítima e o evento, antes de ser discutido um caminho a ser seguido” (Lima, Silva, Dal Forno, 2023, p.16).
Subcategoria: Guia didático
“...um guia voltado para a área da educação, de forma que os professores tenham esse guia a sua disposição, ajudando-o desde os primeiros passos, na identificação até o acompanhamento dos casos de vítima de ASIJ, para que, como na área da saúde, possam agir da melhor forma na proteção das vítimas de ASIJ” (Souza, 2018, p.21).
Subcategoria: Ausência de propostas de intervenção
Tavares (2020) não propôs prática ou ações pedagógicas, apenas sugeriu encaminhamento para tratamento psicológico.
Subcategoria: Propõe um blog com materiais para serem usados em práticas pedagógicas de prevenção ao abuso sexual
“Como contribuição prática, mediante o estudo elaborou-se um produto final, classificado como um blog ilustrado e digital, denominado Blog da Prof. Gabi – Educação Sexual para Crianças, destinado aos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede municipal de ensino do Município de Itapemirim/ES, com o intuito de orienta-los sobre o desenvolvimento de metodologias que podem ser

adotadas para promover orientação acerca da educação à sexualidade na prática diária e as formas de enfrentamento de qualquer tipo de abuso sexual infantil. Esse blog foi elaborado em consonância com os objetivos almejados por esse estudo que buscou compreender a fundo os mecanismos do abuso sexual da criança e o papel preponderante que as escolas têm na prevenção e proteção dessa relação abusiva, assim como a mediação das escolas, através dos seus professores, para promover orientações visando o enfrentamento do abuso sexual infantil” (Piovezan, 2021, p.79).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

O quadro 4 mostra uma visão ampla sobre as práticas sugeridas para apoiar crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual. Paixão e Neto (2020) destacam que a resposta ao abuso sexual requer um processo pedagógico complexo que envolva a colaboração entre escola e diversos órgãos, como o conselho tutelar. Essa abordagem interdisciplinar é essencial, pois garante uma proteção mais completa às crianças, conforme prevê o ECA (Brasil, 1990) e outras legislações.

Silva, Justi e Vasconcelos (2019) reforçam a importância do trabalho colaborativo e enfatizam que a escola deve desenvolver projetos de intervenção. Essa disposição para trabalhar em equipe e integralizar o trabalho com especialistas é vital para proporcionar um suporte adequado às vítimas, visão que coaduna a LDB (Brasil, 1996).

Paz e Santos (2021) complementam ao propor um planejamento cuidadoso que considere as escolhas teóricas, ressaltando a necessidade de um entendimento profundo do tema para garantir uma prática eficaz. A preocupação com a coerência entre teoria e prática é importante para que os educadores se sintam preparados para lidar com a complexidade do assunto.

Lima (2023) corrobora ao sugerir a escuta ativa e o aconselhamento, pois são práticas que podem ajudar as vítimas a verbalizar suas experiências e emoções, criando um espaço seguro de acolhimento. Essas práticas são importantes, sobretudo se seguida de registro, para poupar a criança de discorrer sobre o abuso mais de uma vez e, assim, rememorar os momentos terríveis vividos. O registro permite que a criança se sinta ouvida, o que é o primeiro passo para sua recuperação. Na tentativa de facilitar o processo, Souza (2018) sugere a criação de um guia didático voltado para a prevenção de abusos sexuais, ajudando professores na identificação e no acompanhamento de casos de abuso.

Por fim, Piovezan (2021) apresenta uma abordagem inovadora ao propor um *blog* digital voltado para a educação sexual, cujo objetivo é orientar professores sobre métodos de prevenção ao abuso. Essa iniciativa não só promove a educação sobre sexualidade, mas também reforça o papel das escolas na proteção das crianças, em consonância com

os objetivos do ECA (Brasil, 1990) e dos pesquisadores.

Quadro 5 – Descrição de serviços de saúde mental oferecido às crianças e aos adolescentes molestados.

Subcategoria: Ausência de tratamento da saúde mental.
Unidade Contexto: Abandono do Estado
Unidade Registro: Em nenhum dos sete trabalhos houve descrição que as crianças ou adolescentes molestados tiveram assistência (externa) em relação à saúde mental.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

As análises realizadas nos trabalhos selecionados revelam uma preocupante ausência de serviços de saúde mental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Em nenhuma das sete obras consultadas foi mencionado que as crianças ou jovens receberam assistência psicológica externa, o que levanta sérias questões sobre a responsabilidade do sistema público de saúde e os desafios que a escola enfrenta em auxiliar essas crianças e adolescentes a superar a violação que sofreram.

Quadro 6 – Proposição do tema prevenção de abuso sexual na organização curricular da Educação Básica.

Categoria: <i>Inserção do tema prevenção de abuso sexual no currículo formal</i>
Unidade Contexto: uma proposta de interferência no currículo formal
Unidade Registro: “...há necessidade em inserir na grade curricular das instituições de ensino no Estado do Espírito Santo , incluindo as escolas do Município de 78 Itapemirim/ES, abordagem para a Educação à Sexualidade, orientando as crianças e adolescentes quanto a importância de conhecer a si e ao próprio corpo, quanto as relações e diversidade de gênero, quanto a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, quanto a gravidez indesejada, e principalmente quando as questões de violência e/ou abuso sexual, orientando as crianças e adolescentes sobre esse problema social, que infelizmente tem crescido nos últimos anos, tornando-se um problema social, quanto as formas existentes de abuso e violência sexual, e como deve-se proceder nos casos em que identificar essa situação” (Piovezan, 2021, p.77).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A análise dos trabalhos selecionados revela que, dentre os sete, apenas um fez a proposta de inclusão do tema *prevenção de abuso sexual* no currículo. A proposta de Piovezan (2021) enfatiza a importância de abordar a sexualidade nas escolas, abrangendo aspectos como o conhecimento do próprio corpo, diversidade de gênero, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e, principalmente, de abusos e violência sexual.

Essa abordagem se alinha ao ECA (Brasil, 1996), que estabelece a necessidade de garantir a proteção integral das crianças e adolescentes. A falta de uma abordagem curricular adequada indica um hiato significativo nas práticas educativas, pois a educação é um pilar fundamental na prevenção de abusos. Silva, Justi e Vasconcelos (2019)

reforçam a importância de projetos interdisciplinares para formar uma base sólida de prevenção ao abuso sexual. Diante de suspeitas de abuso sexual, é dever dos educadores denunciar pelo Disque 100, conforme rege as Leis 8.069/1990 e 15.032/2024 (Brasil, 1990; 2024). Caberá às autoridades investigar se as suspeitas são ou não infundadas.

Considerações finais

Esta pesquisa evidenciou que as consequências do abuso sexual vão além do sofrimento emocional, manifestando-se em dificuldades acadêmicas significativas, como desmotivação e problemas de concentração. Essa realidade requer que educadores reconheçam sua função vital na identificação e no acolhimento dessas crianças, pois, como afirma o ECA, eles são corresponsáveis na proteção integral dos menores.

Portanto, as práticas pedagógicas devem ser reformuladas e ampliadas para incluir a educação sexual e a prevenção do abuso no currículo. Desse modo, políticas públicas educacionais devem ser criadas para dar subsídio ao trabalho dos educadores, de modo que as próprias famílias não se voltem contra a escola por estarem fazendo um papel preventivo, bem como para oferecer materiais didáticos, paradidáticos e capacitação aos mestres, visando uniformizar as práticas pedagógicas conforme os níveis educacionais da Educação Básica.

Outro grande desafio a ser superado é a falta de assistência em saúde mental às vítimas, como foi evidenciado nos trabalhos analisados. O acesso a serviços de saúde mental é fundamental para a recuperação emocional e cognitiva das vítimas, e deve ser oferecido até a fase adulta das vítimas. Diante disso, confirma-se a hipótese de que crimes sexuais prejudicam a aprendizagem, a socialização e o desenvolvimento completo das vítimas.

Conclui-se, assim, que para intervenção neste problema, além de adequações na legislação, é imprescindível ocorrer formação continuada dos educadores entorno da temática, bem como adequação dos currículos para institucionalizar e promover a realização dessas práticas preventivas na escola, e a criação de uma rede de apoio que envolva escola, família e profissionais de saúde para garantir que cada criança, independentemente de sua história, receba a proteção e a educação de qualidade que merece.

Referências

- AMARAL, Ana. **Manifestações do abuso sexual de menores e o desenho: dores a cores em folhas de papel**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Portugal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/entities/publication/f2b9426b-0a50-40f5-b318-7d1c01cc7ab5>. Acesso em: 4 abr. 2025.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e abuso sexual na família**. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/QJpLxjnNg6J3H4skJLgW3mf/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 6 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 15.032, de 21 de novembro de 2024**. Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para condicionar a transferência de recursos públicos a compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abuso sexual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 nov. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 6 abr. 2025.
- CONFORTO, Edivandro Carlos e AMARAL, Daniel Capaldo e SILVA, Sérgio Luis da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. 2011, **Anais [...]** Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002833837>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- CUNHA, Maria Leonina Couto. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.
- ERCOLE, Flávia Falci; DE MELO, Laís Samara; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, 2014.
- LIMA, Andréia Ferreira; SILVA, Joyce Caroline Soares da; DAL FORNO, Márcia Rakel Grahl. Abuso sexual: a escola como agente de prevenção e intervenção. **Litteras**, v. 7, n. 1, p.1–22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/inlitteras/article/view/309>. Acesso em: 30 jun. 2025.

OLIVEIRA, Marizângela Lissandra de et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na incidência de violência sexual domiciliar contra crianças e adolescentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, p. e00712023, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QVdyRD65QnBZw8dnYMLzJBF/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

PAIXÃO, Érica Souza; NETO, João Clemente Souza. O abuso sexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno. **Territorium**, n. 27(I), p. 97–111, 2020. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/1647-7723_27-1_8. Acesso em: 2 abr. 2025.

PAZ, Leila Kely dos Santos da; SANTOS, Almir Bispo dos. Dialogicidade no universo escolar: o abuso sexual contra crianças e prática docente em Maribondo/AL. **Revista Interseção**, v. 2, n. 1, p. 21–32, 2021. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/265>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PIOVEZAN, Gabriela Vieira de Oliveira. **Violência sexual infantil: um estudo acerca do papel da escola na ruptura da cadeia de violência**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, 2021. Disponível em: https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/1497?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 4 abr. 2025.

SILVA, Rinelza Gemaque; JUSTI, Jadson; VASCONCELOS, Corina Fátima Costa. Percepção de professores sob o abuso sexual na infância. **Revista CCCSS – Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2019/12/abuso-sexual-infancia.html>. Acesso em: 30 mai. 2025.

SOUZA, Francilene Martins. **Abuso sexual infantojuvenil e o papel dos educadores**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/70107>. Acesso em: 30 mai. 2025.

TAVARES, Victoria Teresa. **O papel da escola no enfrentamento à violência e ao abuso sexual**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Fundação Educacional de Ituverava, 2020. Disponível em: <https://repositorio.feituverava.com.br/srv-c0002-s01/api/core/bitstreams/37a7ff84-a6dc-466c-adb0-5c922a0c424e/content>. Acesso em: 30 mai. 2025. Acesso em: 30 mar. 2025.